



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Solicitação CAA n. 078

Florianópolis, 16 de março de 2011.

Senhor Secretário de Administração e Orçamento:

Solicito a Vossa Senhoria a contratação de empresa especializada para executar 2ª etapa da construção do imóvel que abrigará a sede do Cartório Eleitoral de Curitibaanos.

A solicitação tem por finalidade atender às necessidades das 11ª Zona Eleitoral, tendo em vista que as instalações atuais serem inadequadas para o desempenho eficiente dos serviços, motivo pelo qual se faz necessária a conclusão da edificação pleiteada por esta Coordenadoria.

Responderá pela fiscalização do contrato o chefe da 11ª Zona Eleitoral.

Atenciosamente,

Vilson R. Rezzadori

Coordenador de Apoio Administrativo



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PROJETO BÁSICO

OBJETO: contratação de empresa especializada para executar a 2ª etapa da construção do imóvel que abrigará a sede do Cartório Eleitoral de Curitiba, situada na Avenida Lions, s/n - Bairro Centro - Curitiba/SC, conforme este projeto básico e documentação anexa.

2. RELAÇÃO DE SERVIÇOS

2.1. EXECUÇÃO DOS PROJETOS

A empresa contratada deverá executar a obra de acordo com os seguintes projetos e seus documentos anexos:

- Projeto Executivo de Arquitetura (12 pranchas)
- Projeto Executivo Estrutural (03 pranchas)
- Projeto Executivo de Instalações Elétricas (03 pranchas)
- Projeto Executivo de Instalações Hidrossanitárias e Drenagem Pluvial (02 pranchas)
- Relatório de Sondagem
- Memorial Descritivo
- Caderno de Encargo
- Orçamento Geral da Obra
- Cronograma Geral da Obra

3. IMPORTANTE:

- 3.1. Todas as medidas e cotas apresentadas em projetos são indicativas, devendo ser confirmadas no local da obra.
- 3.2. Havendo divergência entre as documentações anexas ao Contrato, prevalecerá a documentação que contiver as informações mais detalhadas, na seguinte ordem hierárquica (decrecente):
 - Contrato
 - Caderno de Encargos e Memorial Descritivo
 - Projetos
 - Planilha de Preços da Contratada.

4. OBRIGAÇÕES DAS EMPRESAS PROPONENTES:

Além dos documentos obrigatórios previstos em lei:

- 4.1. Recomenda-se à empresa proponente realizar visita técnica no local de realização da obra.
- 4.2. Caso a empresa opte pela realização da visita técnica, esta deverá ser:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- 4.2.1. previamente agendada através do telefone 049-3241-0533 ou 3241-0614 (Cartório da 11ª Zona Eleitoral), das 13 às 18 horas;
- 4.2.2. realizada pelo responsável técnico indicado pela empresa para os serviços;
- 4.2.3. acompanhada por representante do TRESC, designado para esse fim.
- 4.3. A empresa que optar pela não realização da visita técnica, vindo a ser a contratada, não poderá alegar em nenhuma hipótese o desconhecimento dos locais da realização do serviço e suas peculiaridades como justificativa para se eximir das obrigações assumidas em consequência do presente certame.
- 4.4. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica da proponente junto ao CREA, dentro de seu prazo de validade, em conformidade com o art. 30, I, da Lei n. 8.666/1993;
- 4.5. Um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados no CREA, que comprovem a execução de serviços já realizados com características semelhantes ao objeto da licitação:
 - 4.5.1. os atestados de capacidade técnica deverão ser acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico – CATs - expedidas pelo CREA.
- 4.6. As parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, a serem consideradas quando da análise dos atestados de capacidade técnica, consistem na execução dos projetos de arquitetura.
- 4.7. Comprovação de possuir no quadro da empresa profissional detentor de CAT(s) e/ou ART(s) para acompanhar os serviços relativos à execução do projeto de arquitetura:
 - 4.7.1. o profissional (engenheiro ou arquiteto) mencionado no item 4.7 deverá estar devidamente registrado no CREA pela execução de serviços de características semelhantes ao objeto desta licitação;
 - 4.7.2. o profissional indicado poderá ser substituído por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração do TRESC.

5. OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA

- 5.1. Apresentar relação explícita e declaração formal de disponibilidade de equipe técnica especializada que se responsabilizará pelos serviços constantes nos projetos de engenharia e arquitetura, comprovando a capacidade técnica dos profissionais através de CAT(s) e/ou ART(s):
 - 5.1.1. deverá constar desta relação o profissional de que trata o item 4.7.
- 5.2. Providenciar as ARTs de execução de todos os serviços enumerados neste Projeto Básico e entregá-las à SEA/CAA/TRESC antes de iniciada a obra.
- 5.3. Elaborar o Cronograma Físico Financeiro detalhado por tarefa a ser executada, discriminando os valores a serem pagos em cada mês pela Contratante. As parcelas máximas para desembolso mensal pelo TRESC estão previstas em cronograma anexo.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- 5.4. Executar a obra de reforma sob a responsabilidade da equipe técnica indicada no item 5.1, tendo como auxiliar um mestre de obras ou um encarregado.
- 5.5. Providenciar junto à Prefeitura Municipal, no início da obra, o licenciamento para a sua continuação e, no final, o "HABITE-SE", arcando com os custos necessários.
- 5.6. Providenciar, às suas custas, o registro da obra no INSS e nos demais órgãos exigidos pela legislação.
- 5.7. A obra deverá ser executada de forma a atender perfeitamente todas as normas e legislações federais, estaduais e municipais de segurança, higiene e medicina no trabalho.
- 5.8. Submeter à aprovação da Fiscalização amostras de todos os materiais e equipamentos a serem empregados na obra, antes de serem aplicados.
- 5.9. Manter no local de execução dos serviços o 'DIÁRIO DE OBRA' com folhas triplas devidamente numeradas e assinadas pelas partes, onde serão feitas as anotações diárias sobre o andamento dos trabalhos tais como: indicações técnicas, início e término das etapas de serviços, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, assuntos que requeiram providências das partes, recebimento de materiais com quantidade e qualidade em acordo com o projeto e proposta.
- 5.10. Empregar todos os materiais, ferramentas e equipamentos necessários à execução da obra dentro da técnica adequada e das normas pertinentes, mesmo os eventualmente não mencionados, nem especificados ou não indicados em desenhos ou tabelas de acabamento ou listas de materiais do projeto, mas imprescindíveis à completa e perfeita realização da obra, responsabilizando-se pela reposição dos materiais danificados em virtude da má execução dos serviços, incluindo aqueles necessários ao seu refazimento.
- 5.11. Executar os serviços de acordo com a melhor técnica aplicável, com zelo e diligência, utilizando inclusive mão de obra especializada se necessária à execução dos serviços, bem como manter as áreas de trabalho continuamente limpas e desimpedidas, observando o disposto na legislação e nas normas relativas à proteção ambiental, fazendo, inclusive, a remoção dos entulhos.
- 5.12. Responsabilizar-se pela obra durante sua execução, bem como pela proteção e conservação dos serviços executados até sua entrega ao TRESC, colocando ainda a placa nominativa da obra.
- 5.13. Responsabilizar-se pelo pagamento de eventuais multas aplicadas por quaisquer autoridades federais, estaduais e municipais, em consequência de fato a ela imputável e relacionado com os serviços e fornecimentos contratados.
- 5.14. Responsabilizar-se pelos encargos provenientes de qualquer acidente que venha a vitimar um ou mais dos empregados alocados na execução dos serviços contratados, assim como pela indenização que porventura daí se originar e por tudo mais quanto às leis sociais, trabalhistas e fiscais estabelecerem.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- 5.15. Cumprir as legislações federais, estaduais e municipais, bem como seguir as normas relativas à segurança e medicina do trabalho, diligenciando para que seus empregados e os seus subcontratados trabalhem com Equipamento de Proteção Individual (EPI), para que não haja risco de paralisação da obra.
- 5.16. Seguir todos os procedimentos de segurança, tanto para os funcionários, transeuntes e demais pessoas envolvidas no processo, bem como às normas locais, estaduais e federais pertinentes.
- 5.17. Manter na obra a listagem de todos os empregados, contendo nome, RG e função.
- 5.18. Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados nos locais de execução dos serviços, bem como por aqueles provocados em virtude dos serviços executados e equipamentos empregados.
- 5.19. Promover o imediato afastamento, após o recebimento da notificação, de qualquer dos seus empregados que não corresponder à confiança ou perturbar a ação da equipe de fiscalização do TRESC.
- 5.20. Executar sob sua responsabilidade todas as instalações provisórias, destinadas ao atendimento das necessidades durante a execução dos serviços.
- 5.21. Fornecer, sempre que solicitado pelo TRESC, comprovantes de pagamentos dos empregados e do recolhimento dos encargos sociais, trabalhistas e fiscais decorrentes da execução deste contrato.
- 5.22. Dirigir e manter sob sua inteira responsabilidade o pessoal adequado e capacitado de que necessitar, em todos os níveis de trabalho, para execução dos serviços, não tendo o TRESC nenhum vínculo empregatício com o referido pessoal.
- 5.23. Reforçar a equipe de técnicos na obra se ficar constatada sua insuficiência, para permitir a execução dos serviços dentro do prazo previsto.
- 5.24. Proceder, ao final da obra, à desmobilização das instalações provisórias dos canteiros, limpeza e remoção do material desnecessário e indesejável.
- 5.25. Providenciar a aprovação junto aos órgãos competentes, quando couber, de todas as alterações que possam ser feitas nos projetos originais, desde que ouvidos seus autores, arcando com os custos operacionais se der causa a alteração. Caso tais alterações sejam solicitadas pelo TRESC, este arcará com seus custos.
- 5.26. Apresentar, no final da obra, a CND – Certidão Negativa de Débito do INSS para averbação da construção, arcando com os custos necessários.
- 5.27. Apresentar, no final da obra, as notas fiscais, juntamente com a garantia do fabricante, referentes aos equipamentos inseridos na obra.
- 5.28. Apresentar, no final da obra, a documentação “as built”, devidamente identificada e assinada pelos RTs da empresa (profissionais habilitados para cada projeto), com visto da fiscalização do TRESC.
- 5.29. A obra será controlada com base no Cronograma Físico Financeiro da Contratada.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

6. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 6.1. Será permitida a subcontratação de serviços, desde que a empresa Contratada apresente toda a documentação da subcontratada, ficando a critério do TRESA o julgamento para aceitar ou não a subcontratação.
- 6.2. No caso de subcontratação, a empresa Contratada continuará a responder direta e exclusivamente pela fiel observância das obrigações contratuais relativas à qualidade, prazo, custo e segurança dos serviços a serem executados pela subcontratada.
- 6.3. A empresa contratada deverá comunicar os serviços subcontratados à fiscalização da obra e do contrato.

7. PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

- 7.1. A partir da data da assinatura do contrato, a empresa terá:
 - 7.1.1. até 3 (três) dias para a apresentação dos documentos relacionados no item 5.1;
 - 7.1.2. até 30 (trinta) dias para a apresentação das ARTs de execução e para iniciar a obra.
- 7.2. Após o aceite da documentação apresentada no item 7.1.1, a empresa Contratada terá até 5 (cinco) dias para entregar o Cronograma Físico Financeiro, conforme item 5.3.
- 7.3. O prazo para término da obra é de dois meses.
- 7.4. A empresa deverá substituir o produto/refazer os serviços, no prazo de 15 (quinze) dias, que, após a entrega e aceite, durante o prazo de garantia, venha(m) a apresentar defeitos de fabricação ou quaisquer outros que, reincidentes em número igual ou superior a duas vezes, venham a dificultar ou impossibilitar a sua utilização, desde que, para a sua ocorrência, não tenha contribuído – por ação ou omissão – o TRESA.

8. **CONTRATAÇÃO:** A obra será licitada por preço unitário, com base na planilha de referência.

9. RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS E DA OBRA

- 9.1. O recebimento das etapas será realizado, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, devidamente atestado pela fiscalização da obra.
- 9.2. Após o término e entrega da obra, em até **15 (quinze) dias** da comunicação escrita da empresa Contratada, ocorrerá o recebimento provisório, no qual as fiscalizações do contrato e da obra apontarão as pendências e ajustes necessários para a conclusão dos serviços contratados. Nesse momento será elaborado **Termo de Recebimento Provisório** pela fiscalização do contrato, com os apontamentos feitos pela fiscalização da obra, o qual será assinado pelas partes.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- 9.3. De posse do Termo de Recebimento Provisório, a empresa Contratada terá prazo de até **30 (trinta) dias** para o atendimento de todas as exigências da fiscalização do contrato e da obra, referentes a defeitos e imperfeições que venham a ser verificadas. Então, o **Termo de Recebimento Definitivo** dos serviços contratados será lavrado pelas fiscalizações do contrato e da obra em até 07 (sete) dias após o recebimento de comunicação escrita da empresa Contratada de que a obra está inteiramente concluída.

10. FISCALIZAÇÃO

- 10.1. A fiscalização da obra será indicada pelo TRESC, no momento da execução dos serviços, e terá autoridade para exercer toda e qualquer ação de orientação, controle e supervisão da reforma contratada.
- 10.2. A fiscalização do contrato será exercida pelo Chefe do Cartório Eleitoral, que poderá requisitar o auxílio da SEA/CAA/TRESC sempre que necessário.
- 10.3. À Fiscalização da obra será exercida por outra empresa Contratada pelo TRESC e a ela fica assegurado o direito de:
- a) solicitar a imediata retirada da obra de engenheiros, arquitetos, mestres ou qualquer operário que não corresponda, técnica ou disciplinarmente, às exigências. Isso não deverá implicar em modificações de prazo ou de condições contratuais;
 - b) exigir o cumprimento de todos os itens destas especificações;
 - c) rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado e estipular o prazo para sua retirada da obra.
- 10.4. A presença da fiscalização da obra não diminuirá a responsabilidade da empresa Contratada.
- 10.5. A Construtora é obrigada a facilitar à fiscalização da obra e do contrato o acesso aos materiais e serviços em execução, facultando ainda a inspeção de todas as dependências do canteiro onde se encontram estocados os materiais, os equipamentos e a documentação.
- 10.6. À fiscalização da obra caberá, ainda:
- 10.6.1. esclarecer ou solucionar incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas no projeto básico ou executivo, ou nos demais documentos, necessárias ao desenvolvimento dos serviços;
 - 10.6.2. aprovar materiais similares propostos pelo contratado, avaliando o atendimento à composição, qualidade, garantia, preço e desempenho requeridos pelas especificações técnicas.

11. GARANTIA DA OBRA

- 11.1. A empresa licitante deverá prestar garantia com prazo não inferior a 05 (cinco) anos, a contar do recebimento definitivo da obra, para mão de obra e serviços, exceto



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

aqueles subcontratados e sujeitos à garantia própria, não podendo esta ser inferior a 01 (um) ano.

- 11.2. A empresa licitante deverá prestar garantia não inferior a 01 (um) ano, a partir do recebimento definitivo, para equipamentos e demais materiais, exceto àqueles cuja garantia emitida pelo fabricante seja diversa deste período.

12. OBSERVAÇÕES

- 12.1. A indicação de marcas presta-se tão somente para determinar os requisitos mínimos que devem estar presentes no objeto, aceitando-se produtos similares que detenham as mencionadas especificações.
- 12.2. Os preços deverão ser propostos considerando-se a execução do objeto licitado em Curitiba, incluídos os valores de quaisquer gastos ou despesas com instalações de máquinas, equipamentos próprios e andaimes, como também as despesas de aquisição de ferramentas e materiais, inclusive o seu transporte até o local de execução da obra, seu armazenamento e guarda, todos os equipamentos de segurança individual e coletiva e providências pertinentes, assim como as despesas relativas à mão de obra necessária a tais atividades, incluindo as previstas em leis sociais, seguros, fretes, impostos de qualquer natureza, lucro e outros encargos ou acessórios.
- 12.3. Caso seja necessário um aditivo contendo serviços novos (não incluídos na planilha contratada) devem ser utilizados os valores da planilha do SINAPI, de acordo com o disposto no art. 127, da LDO - Lei 12.309 de 09 de agosto de 2010:
- 12.3.1. nos casos em que não constarem na tabela do SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – materiais ou elementos especificados, deverão ser apresentados, no mínimo, três orçamentos colhidos no mercado, com comprovação das fontes.

- 13. JUSTIFICATIVA:** A solicitação tem por finalidade atender às necessidades das 11ª Zona Eleitoral, tendo em vista que as instalações atuais serem inadequadas para o desempenho eficiente dos serviços, motivo pelo qual se faz necessária a conclusão da edificação, pleiteada por esta Coordenadoria.

Florianópolis, 16 de março de 2011.

Palmyra Farinazzo Reis Repette
Seção de Engenharia e Arquitetura

Carla Marcon Pinheiro Machado
Chefe de Seção de Engenharia e Arquitetura